

Direitos sociais e desigualdades no Rio de Janeiro contemporâneo

Vanderlei Martins¹

Resumo:

O artigo discute a cidade contemporânea, caso específico, o Rio de Janeiro como foco central. O eixo temático aqui privilegiado entende a cidade como centro de convivência sócio institucional que aglutina interesses políticos, econômicos e culturais específicos, mas nem sempre tratados com o devido equilíbrio, principalmente equilíbrio político. Nesse sentido, a coisa pública, síntese dessa convivência institucionalizada no espaço urbano da cidade, é tratada pelas autoridades responsáveis de uma forma que não atende devidamente os interesses da população em sua totalidade, no caso específico e principalmente, as camadas sociais mais desfavorecidas. Objetivamente, o trabalho se volta para analisar a questão da justiça social no Rio de Janeiro, tentando demonstrar que o colapso é decorrência direta da ausência de uma política pública eficiente associada ao descaso e ao descompromisso social e cultural com as camadas pobres da população urbana.

Palavras-chave: Cidade; políticas públicas; sociedade; cultura; Rio de Janeiro.

Abstract:

The article discusses the contemporary city and, in the specific case, Rio de Janeiro as the main focus. The main theme here privileged understands the city as sócioinstitucional community center that brings together political, economic and cultural interests, specifics, but not always treated with the right balance, especially political balance. In this sense, public affairs, syntheses of institutionalized living in urban areas of the city, is treated by authorities in a way that does not adequately meet the interests of the populalion as a whole in the specif case, and especially the most disadvantaged social strata. Objectively, the work turns to consider the issue of social justice in Rio de Janeiro, trying to show that the collapse in the sector is a direct result of the absense of an efficient public policy associated with the neglect and social and cultural lack commitment to the poorest layers of the urban population.

Keywords: City; public policy; society; culture; Rio de Janeiro.

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD-UERJ), em Regime de Dedicção Exclusiva. Atua na área de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: martins1951@yahoo.com.br

Qualquer olhar que se lance em um primeiro momento sobre o Rio de Janeiro, será sempre um olhar pessimista, haja visto que a realidade social da cidade está permeada de crises que se propagam pelas diferentes instituições sociais responsáveis pelo ordenamento e organização sociocultural da convivência urbana. Tais crises, dentro de uma perspectiva socioantropológica, são inconcebíveis, pois as instituições sociais são os grandes referenciais sociais, que têm como maior responsabilidade o estabelecimento de um convívio justo e harmonioso. Mas quando ocorre a falência desses referenciais garantidores da harmonia, a anomia se instaura de forma avassaladora provocando a degradação do convívio social urbano.

Assim é que vivencia-se no Rio de Janeiro contemporâneo uma decadência econômica, que está atrelada a uma decadência política, que, juntas e derivadas da degradação moral, estimulam o caos social e a proliferação das desigualdades, da violência, da criminalidade e diferentes outras formas de conflitos de natureza sociocultural. No âmbito econômico, a decadência se manifesta por uma recessão contínua e duradoura, onde não se criam condições capazes de neutralizar tal quadro caótico. A incapacidade de criação de inovações para aumento da competitividade a nível mundial, aliada à incapacidade de estabelecimento de uma tecnologia de ponta para produção de mercadorias e serviços compatíveis com as novas demandas nacionais e globais e um déficit público que insiste em crescer e só aumenta e dificulta a capacidade de reação econômica diante da crise. O atraso que se tem em ciência e tecnologia é decorrência direta do baixo nível acadêmico das instituições de ensino superior, impotentes na criação de quadros técnico-científicos preparados o suficiente para darem respostas positivas e consistentes às necessidades da crise econômica que ora é vivenciada e que perpetua a dependência protecionista.

Alie-se a isso, um sistema jurídico elitista e afastado das populações excluídas socialmente; um sistema previdenciário deficitário que em nada estimula uma forma de trabalho que se processe de forma confiante quanto ao futuro. Tal quebra de confiança também se manifesta de forma latente em uma legislação trabalhista que mais desampara do que ampara. Nesse sentido, a crise instaurada e perpetuada nos paradigmas socioinstitucionais, é longa o suficiente para provocar o que se chamade explosão social na convivência urbana contemporânea, que os mais pessimistas já denominam de forma categórica como 'guerra civil'. Como exemplos concretos dessa interpretação, apontam os céticos, em uma ponta, o descaso com a infância e o baixo nível de escolaridade e na outra ponta, o mesmo descaso com os idosos, alijados socialmente por esse sistema perverso, marcadamente excludente e desagregador.

No aspecto político, a decadência institucional se reflete de forma repulsiva na descrença da população nos poderes Legislativo e Executivo, com rejeição quase absoluta aos partidos políticos e aos políticos que os representam publicamente,

uma vez que falta nos políticos exatamente aquilo que define seu papel social, ou seja, o espírito público na condução da coisa pública. Além disso, é nas instituições políticas que nasce a corrupção e a improbidade administrativa, onde os líderes dão para a população em geral o péssimo exemplo de conduta antiética, que espalha de maneira nefasta a degradação moral da sociedade. As denúncias, bem como as punições que ora se realizam como forma de contraponto à essa realidade obscura e historicamente estabelecida, serve como alento e esperança para uma cidade que padece e carece de bons exemplos. Ainda como alento, em artigo publicado no jornal O Globo, Flavia Piavezan e Eduardo Suplicy informam que

“...no âmbito regional, a América Latina destaca-se como a região mais desigual do mundo, com 167 milhões vivendo na pobreza, sendo 71 milhões na pobreza extrema... no âmbito nacional, enfrenta-se o desafio de diminuir as desigualdades, o desemprego e a precarização do trabalho. Nesse cenário, emergencial é a criação de um grupo de trabalho, integrado por especialistas nacionais e internacionais, com o objetivo de propor medidas para a garantia da renda básica, nos termos da Lei 10.835/2004, erradicando de forma progressiva a pobreza extrema” (PIAVEZAN, SUP LICY, 2016: 15).

Voltando à questão das diferentes crises institucionais vivenciadas pelo Rio de Janeiro na atualidade, aqui já referidas, a causa maior dessas anomalias talvez esteja na má gestão da coisa pública à nível institucional que é provocada (a má gestão) pela total e absoluta falta de compromisso ético por parte daqueles que foram elevados à condição de autoridades responsáveis por essa gestão. Basta dizer que, no período compreendido entre 2011 e 2015, os governantes incorporaram cerca de 32 bilhões ao já elevado endividamento do Estado. Acreditando e apostando nos dividendos do petróleo como sendo uma receita “eterna”, não viam nenhum risco aparente para as decisões tomadas. Erraram feio e a conta dessa irresponsabilidade político-administrativa ficou para ser paga pelo Estado.

Nesse sentido, a responsabilidade maior no pagamento dessas contas é da população através da elevação dos impostos, que já são historicamente elevados. Se não bastasse, cortes são feitos no orçamento do estado e as áreas mais afetadas por esses cortes são justamente as áreas que envolvem a população menos favorecida, tais como educação, saúde pública, transportes e segurança pública. Desnecessário dizer que tais decisões restritivas às políticas públicas só alimentam e aprofundam as desigualdades sociais na convivência urbana. Somente uma ação conjunta e apolítica que envolva o Ministério Público, o Tribunal de Contas e, por que não, a Assembleia Legislativa do Estado, para, mediante uma rigorosa fiscalização e controle, neutralizar o uso indevido das verbas públicas, pois somente através de um radical controle ético e administrativo talvez seja possível reverter tais improbidades com a coisa pública.

Como grande alento para aqueles que vivem no Rio de Janeiro, está ganhando solidez na Lapa um movimento que pretende dar respostas imediatas à crise institucional que corrói a economia, a política e as principais questões sociais e ambientais que envolvem a cidade. Trata-se do grupo de moradores reunidos na associação cultural Amebeco que, a partir do Programa de Apoio à Restauração de Imóveis Privados da Prefeitura do Rio, pretende revitalizar e preservar a cultura arquitetônica, artística e de convivência de um dos bairros mais antigos da cidade, a Lapa. Esse movimento de natureza cultural pretende ir muito além da maneira política com que se olha o Rio de Janeiro, ou seja, uma forma de olhar político que ocorre apenas e tão somente a partir da engenharia, o que compromete a memória cultural da cidade em sua totalidade. É uma espécie de olhar histórico ‘obtusos’ que acompanha a cidade desde Pereira Passos e consagrada com a construção de Brasília. Nesse sentido, aqueles que governaram o Rio de Janeiro ao longo de sua história, sempre optaram pela megalomania, as obras de grande impacto engenheiral, cuja finalidade maior sempre foram produzir dividendos políticos imediatos e que foram e são ‘vendidas’ à população como progresso através de discursos ufanistas.

“Há muitas ‘engenharias’ a serem feitas na Rua Morais e Vale, na Lapa, ainda: melhor drenagem, melhor esgoto, a maldita fiação aérea da telefonia das fachadas históricas. Há imóveis com população vulnerável, carente de alguma política habitacional consistente. Proprietários que não conservam. Há terrenos privados ociosos há décadas esperando a aprovação do IPTU progressivo e a realização da função social da propriedade (...). Hoje, numa pequena rua da Lapa há respostas de magnitude para habitação social, para empregos, para empreendedorismo, para mudanças climáticas, e até para financiar novas campanhas políticas e governar livre dos vícios dos conglomerados, mas é urgente inovar na pequena escala, diametralmente grande” (FAJARDO, 2016: 15).

Na verdade, o que falta ao Rio de Janeiro é uma proposta de planejamento meticuloso e abrangente, capaz de propiciar melhorias na qualidade de vida daqueles que vivem e convivem em seu espaço urbano. Entretanto, o que se tem de forma efetiva são obras emergenciais, mal planejadas e, via de regra, inacabadas por falta de verbas, que também são mal administradas ou desviadas de forma imoral, fato que é rotineiramente mencionado pela imprensa diária da cidade. Apenas como ilustração, um exemplo pontual, mas corriqueiro, final de 2015/início de 2016, é sabido que a situação financeira do Estado está à beira de colapso, com a área da saúde pública em estado de emergência decretada pelo próprio governo, onde 11 hospitais e 17 UPAS não recebem pacientes por falta de condições adequadas de funcionamento e a UERJ a ponto de fechar as portas. Pois bem, nesse cenário, o governador, aliado ao presidente da ALERJ, concede

um subsídio de R\$ 39 milhões para a SUPER VIA pagar suas contas de luz junto à Light. Enquanto a área pública fica na penúria, o governo estadual socorre financeiramente o setor privado de forma imoral e irresponsável, conforme relato de BENJAMIN (2015).

Voltando à questão do planejamento, é notório a falta de cuidado e bom senso com os recursos disponíveis nos cofres públicos. O uso desses recursos é motivado basicamente por interesses políticos e não por interesses de natureza pública, ou seja, não são colocados como prioridades setores diretamente ligados à população comum como a saúde, a educação, a segurança, os transportes e a própria qualidade e respeito à vida da população que dependem desses setores básicos. É ponto comum que a qualidade de vida da população está diretamente ligada à qualidade dos serviços públicos disponíveis para seu uso. Falta essa consciência aos governantes.

Tomando como referência o pensamento do Papa Francisco, através do Padre Josafá Carlos de Siqueira (2016), Reitor da PUC-RJ, o legado social que a cidade do Rio de Janeiro carece é uma espécie de mentalidade ecológica da vida cotidiana de caráter inclusivo, que privilegie os espaços urbanos comuns, estimuladora do sentimento de pertencimento no indivíduo em relação à cidade que lhe envolve através do convívio. Além disso, deve ser amplamente cobrado a prioridade na melhoria dos transportes públicos garantidora do conforto cotidiano e da segurança para a livre circulação dos indivíduos, independente da classe social à qual pertença. É através da possibilidade do encontro livre, pacífico e despojado entre os indivíduos que reside a alma da cidade.

Aliado a esse legado social, deve emergir um legado político voltado para uma gestão justa e ampla da coisa pública, sem privilégios e que atenuie as diferenças sociais, neutralizando assim a cisão social a que está submetida a cidade, fazendo com que os espaços públicos sejam efetivamente públicos, sem demarcações preconceituosas e excludentes. Alie-se a isso, uma iniciativa institucional que agregue os poderes municipal, estadual e federal para estabelecimento de uma política unificada de gestão socioambiental no que concerne aos investimentos necessários para manutenção e garantia desse legado.

“A esperança é que o legado possa abrir espaços para pensar a cidade do futuro, não esquecendo que as crises econômicas e os cenários das mudanças climáticas sempre nos obrigam a repensar nossos modelos buscando outros horizontes mais realistas com os grandes desafios e anseios daqueles que integram e se sacrificam para construir uma cidade socialmente mais humana e solidária, ecologicamente correta e sustentável” (SIQUEIRA, 2016: 9).

A partir desse raciocínio, pode-se definir a cidade como local de encontros e não de confrontos. Mas para que assim seja, as desigualdades têm que ser atenuadas porque é humanamente impossível aproximar segmentos sociais antagônicos economicamente entre si. Os centros e as periferias fazem parte de um mesmo cenário e um mesmo contexto, logo, não podem ser vividos como se fossem mundos distintos e inconciliáveis. O Rio de Janeiro é uma cidade peculiar, pois estimula a aproximação espontânea entre o ‘norte’ e o ‘sul’, possibilitando ainda a inserção do estrangeiro nesse convívio sociocultural, pois ao aqui chegar também se sente como carioca ‘nato’. Maracanã, *revellion*, carnaval e praia são as mais expressivas representações do Rio de Janeiro como a cidade dos encontros. Não se deve deixar, portanto, que a desigualdade bloqueie essa cultura.

É justamente nessa linha de pensamento que Sergio Besserman (2016) propõe a quebra de ‘muros’ sociais e se construam ‘pontes’ de aproximação. Dentre esses muros, o estabelecimento de um Direito mais justo, que não faça distinção entre o ‘norte’ e o ‘sul’. Outro ‘muro’ que precisa ser quebrado diz respeito ao saneamento básico, que deve abarcar todas as regiões da cidade, inclusive as favelas. Um terceiro ‘muro’ que deve ser substituído por uma ‘ponte’, diz respeito ao acesso ao conhecimento, mas que vá além do formalismo estabelecido pela educação pública. Um tipo de conhecimento que conscientize o cidadão e não contribua para a alienação do indivíduo, ou seja, que se eduque para o comprometimento social e para a responsabilidade ética em relação à cidade. A melhor forma de se iniciar o combate às desigualdades socioculturais talvez esteja em assumir a crença no princípio do envolvimento nas relações sociais entre indivíduos e instituições.

A cidade do Rio de Janeiro tem experimentado algumas transformações importantes na atualidade. Talvez tendo como motivação maior o fato de ser um ‘ano olímpico’, a Prefeitura tem feito algumas obras que estão modificando de forma significativa a geografia e o cenário urbano da cidade. A derrubada da Avenida Perimetral e a conseqüente revitalização da zona portuária que envolve a Praça Mauá e o antigo cais do porto, agora denominado Porto Maravilha, são as expressões mais significativas dessas transformações. O Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio transformaram a Praça Mauá em polo cultural importante da cidade.

A recuperação do Centro da cidade, que se estende desde a Praça Mauá indo até ao Museu de Arte Moderna, no Aterro do Flamengo, transformou esse território urbano em um espaço repleto de cultura e história patrimonial, que traz consigo vitalidade política e econômica significativas. A saber, conforme Sérgio Magalhães (2016), Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, Museu de Belas Artes, Câmara de Vereadores, Clube Militar, Naval e de Engenharia, Casa França-Brasil, Centro Cultural Banco do Brasil, Museu dos Correios, Museu de

Arte do Rio, Museu do Amanhã e Museu de Arte Moderna, sede da Petrobras, sede do BNDES, Convento de Santo Antônio, Largo de São Francisco, Palácio Capanema, Academia Brasileira de Letras, Passeio Público, Monumento aos Pracinhos, Aterro do Flamengo, Aeroporto Santos Dumont, Museu Histórico, Mosteiro de São Bento, Palácio Tiradentes, Paço Imperial e a Lapa como espaços culturais revitalizados.

Esse conjunto patrimonial representa simbolicamente o coração da cidade do Rio de Janeiro e sua recuperação abre a possibilidade de reestruturação das regiões adjacentes, que envolvem a chamada região central do Rio, que vai da Glória até São Cristóvão/Benfica. Vale dizer que nesse território existem muitas áreas com terrenos e galpões abandonados que podem ser transformados em espaços de utilidade pública e, por que não, em aumento da qualidade de vida da cidade.

Se não bastasse, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou no dia em que a cidade completava 451 anos de fundação, o Plano Estratégico, documento denominado 'Visão Rio 500' com metas a curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento da cidade nos próximos 50 anos. Tal projeto tem propostas ambiciosas para o município do Rio de Janeiro e 70 metas foram definidas nesse sentido, segundo matéria do jornal O Globo de 01/03/2016 em sua página 14. O Plano, segundo a mesma matéria, envolve Educação, Transporte, Saúde, Segurança, Assistência Social, Urbanismo, além de outras áreas que cuidam do Saneamento, Habitação e Turismo.

Na área de Educação, segue a mesma matéria mencionada acima, as metas para o período 2016/2020 incluem a abertura de 30 mil vagas no pré-escolar da rede municipal. A ideia é ter um IDEB (Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico) mínimo de 4.8 em todas as escolas do sistema. Na área de Saúde, uma das prioridades é reduzir o índice de mortalidade infantil, atualmente de 11,3 para cada mil nascidos, bem como a redução da mortalidade materno-infantil, hoje com um índice elevado de 76,43 por cada 100 mil partos. A redução da obesidade também aparece como prioridade no Plano Estratégico, uma vez que o Rio de Janeiro é a segunda capital com maior número de adultos obesos (21% da população). A área de Segurança Pública, mesmo sendo atribuição do governo estadual, terá um programa específico de prevenção destinado aos jovens, com ações sociais para evitar o consumo de drogas e envolvimento com o tráfico. Na área de Assistência Social, no período compreendido entre 2017/2020, o foco será na redução da chamada população de rua. Além disso, será criado o programa Amigo do Idoso, voltado para o envelhecimento da população e dar suporte e facilitar a rotina na terceira idade. Através de um serviço específico, os idosos serão monitorados por um serviço comunitário. Arelado a esse programa, na área de Urbanismo a meta é ter espaços públicos destinados à cultura e ao lazer e devidamente adaptados às necessidades da terceira idade.

Como visto, a idealização para afirmação de uma cidade sustentável no futuro próximo, passou a ser prioridade para a Prefeitura do Rio. O que se espera, principalmente por parte da população mais sofrida e necessitada da cidade, é que essas metas estabelecidas pelo Programa ‘Visão Rio 500’ não se percam pelos caminhos da política e se transformem em ‘vaga lembrança’ pelos políticos da hora. O Programa Estratégico condutor do ‘Visão Rio 500’ vai muito além de qualquer viés ideológico-partidário, pois coloca a cidade acima dessas questões, ou seja, visa dar uma nova qualidade aos espaços públicos, sanear, urbanizar e integrar a convivência na cidade.

As desigualdades sociais presentes na convivência urbana no Rio de Janeiro precisam ser devidamente atenuadas e, nesse sentido, o Plano de Metas estabelecido pela Prefeitura para curto, médio e longo prazo, podem servir com alento às dificuldades por que passa a população carioca nesse momento. As idealizações estabelecidas inicialmente pelo Plano Estratégico para 2017/2020 precisam ser imediatamente implementadas, pois a tensão social que ora se vivencia na cidade beira o insuportável e, pior, beira o incontrolável. Nesse sentido, é preciso uma reação imediata do poder público no enfrentamento dessas desigualdades. Esse é o desejo, esse é o sonho do carioca comum. É preciso que se preserve a tradicional cordialidade e alegria que conduz a alma do carioca, que, apesar de toda penúria, ainda resiste, haja visto o clima que toma conta da cidade durante os quatro dias de carnaval e nas datas festivas do calendário anual.

É preciso que a classe política do Rio de Janeiro assuma sua responsabilidade de natureza social e ponha em prática de forma imediata toda a idealização do projeto Visão Rio 500 e o Plano de Metas que o conduz. Se assim for, é bem provável que a população carioca retome a credibilidade nas autoridades responsáveis pela gestão da cidade. As desigualdades sociais têm a mesma intensidade que o descrédito que se sente em relação à classe política, é preciso, pois, que os dirigentes resgatem de forma imediata o respeito da população combatendo devidamente as desigualdades sociais. É a presença das desigualdades que alimenta a tensão social e a desarmonia na convivência. É preciso que se supere a chamada política de gestão imediatista, que atenua mas não erradica os desequilíbrios socioinstitucionais.

“...A maioria dos investimentos em serviços públicos essenciais - saúde, educação, transporte, infraestrutura e segurança pública – foi destinada prioritariamente a atender aos interesses políticos partidários e aos *lobbies* das grandes empresas. Institui-se como regra do jogo um pacto sinistro da convivência mútua que está sendo difícil de ser desarticulado. Esse tipo de comportamento alcançou, também, a produção de habitação popular.

A construção dos indefectíveis conjuntos residenciais nas periferias das grandes cidades não trouxe nada de novo em benefício da sociedade. Muito pelo contrário. Pobre da população que vive nessas localidades

distantes e que é obrigada a se deslocar, diariamente, por horas a fio, entre a sua residência e o trabalho. E depois não querem favela no núcleo central e nos bairros da cidade. Não podemos continuar indiferentes diante desses e de outros desvios de conduta” (JANOT, 2016: 13).

É sabido que da construção estrutural/histórica/política/econômica/educacional/científica de uma sociedade, derivam, ou não, as desigualdades sociais; transformando essas sociedades em expressões societárias saudáveis ou doentes em todos os seus níveis institucionais. No caso brasileiro, dentro da construção aludida, o Brasil é um país altamente contraditório, ou seja, segundo Cotta e Outros (2007) é a décima terceira economia do mundo, mas seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,792, o que o deixa na posição 69 entre 171 países do mundo. Depreende-se, a partir desses dados, que o Brasil nunca foi um país pobre, sem recursos naturais, mas sim um país historicamente injusto e desigual, onde a renda sempre foi absurdamente concentrada.

Tal trajetória histórica de desigualdades sociais vem desde os tempos da colonização, tendo se agravado com o fenômeno da globalização contemporânea, que acentua o distanciamento entre centros e periferias, aumenta a marginalização e alimenta a criminalidade, em uma flagrante regressão no que concerne aos direitos humanos e sociais. O que fica claro é que desigualdade, pobreza, marginalização e doenças formam uma ciranda social que se retroalimentam entre si dentro da convivência urbana, provocando baixa qualidade de vida e, por que não dizer, sofrimento e penúria. Assim, realidades como saneamento básico deficiente, desemprego, violência, criminalidade, analfabetismo, alimentação deficiente e inacessível, saúde pública deficiente, são fatores que provocam e alimentam a exclusão social.

Para o devido enfrentamento, de forma profunda e consistente dessas anomalias sociais, a educação talvez seja o único caminho seguro para construção de algo que ainda não foi devidamente cogitado/empreendido no Brasil, ou seja, apostar e investir firme em um projeto civilizatório genuinamente nacional e forjador da chamada identidade nacional. Através da educação é possível essa empreitada voltada para formar devidamente o cidadão comum, mas também formar profissionalmente as elites intelectuais comprometidas com tal projeto civilizatório.

“Como formar esse profissional? - eis a questão. Nesse sentido, cabe a revisão radical do papel das instituições de ensino - o aparelho formador - na educação de seus estudantes. A adoção de um posicionamento encastelado, não permissivo ao diálogo dentro e fora dos muros institucionais(...) é um grave contrassenso, ao se ter em vista a perspectiva de devolver à sociedade um profissional que seja capaz de dialogar” (COTTA, 2007: 283).

Referências

- BENJAMIN, Cid. Chama o Ladrão. *In O Globo*, 29/12/2015, p. 13.
- BESSERMAN, Sergio. O Rio que Deseja. *In O Globo*, 01/03/2016, p. 3.
- BUARQUE, C. Preocupação e Esperanças. *In O Globo*, 9/1/2016, p. 15.
- COTTA, Rosângela. E outros. **Pobreza, Injustiça e Desigualdade Social**. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 2007.
- FAJARDO, Washington. Potencias de Dez. *In O Globo*, 20/02/2016, p. 15.
- O GLOBO. Plano Estratégico. **As Novas Propostas**. 01/03/2016, p. 14.
- JANOT, Luiz Fernando. Acabou-se o que era Doce, *In O Globo*, 13/02/2016, p. 13.
- PIAVEZAN, Flavia. SUPPLY, Eduardo M. Renda Básica De Cidadania. *In O Globo*, 07/01/2016, p. 15.
- SIQUEIRA, Pe. Josafá Carlos de. Os Cariocas e o Legado Olímpico. *In O Globo*, 01/03/2016, p. 9.